

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2010/2011

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** CE000212/2010  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 01/03/2010  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR009799/2010  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46205.002484/2010-14  
**DATA DO PROTOCOLO:** 01/03/2010

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TRANSP DE VALORES, CARRO FORTE, ESCOLTA ARMADA, SEG PESSOAL PRIV E TRAB TRANSP DE VALORES EM CARRO LEVE DE FORTALEZA, CNPJ n. 10.201.219/0001-02, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WELLINGTON NASCIMENTO DE OLIVEIRA;

E  
SINDESP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO CEARA, CNPJ n. 23.498.033/0001-09, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). URUBATAN ESTEVAM ROMERO;  
celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2011 e a data-base da categoria em 1º de janeiro.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores empregados em transportadoras de valores, carro forte, escolta armada, segurança pessoal privada - (SSP) e trabalhadores transportadores de valores em leve, ATM**, com abrangência territorial em **Fortaleza/CE**.

## **Salários, Reajustes e Pagamento**

### **Piso Salarial**

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL**

A partir de 01 de janeiro de 2010, fica assegurada, aos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, o direito a salário em valor nunca inferior aos pisos adiante estabelecidos:

**a) R\$ 904,07 [novecentos e quatro reais e sete centavos] para os vigilantes que exercem a função de fiel e de vigilantes que exercem a função de motorista de carro – forte;**

b] R\$ 858,52 [oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e dois centavos] para os vigilantes que exercem a função de vigilante-escolteiro e de supervisor de operações;

c] R\$ 958,99 [novecentos e cinquenta e oito reais e nove centavos] para os Vigilantes de Escolta Armada;

d] R\$ 1.068,48 [hum mil e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos] para os Vigilantes de Segurança Pessoal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os pisos da presente cláusula não receberão a incidência do reajuste salarial da cláusula quarta, porque quando da apuração e cálculo de ditos pisos tal reajuste já foi considerado ou levado em conta.

**PARAGRAFO SEGUNDO.** Em 01 de janeiro de 2011 os valores dos pisos salariais acima estabelecidos serão reajustados no percentual de 145,99% (cento e quarenta e cinco inteiros noventa e nove centésimos por cento) do INPC acumulado de jan-dez/2010, como também o percentual do Adicional de Risco de Vida será elevado de 3% [três por cento] para 6% [seis por cento] incidente sobre as importâncias relativas aos pisos devidamente corrigidos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** As diferenças salariais, relativas aos meses de janeiro e fevereiro de 2010, decorrentes da observância dos pisos estabelecidos, serão integralmente pagas respectivamente nos meses de março e abril do corrente ano.

### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTES E CORREÇÕES SALARIAIS**

As empresas concederão a seus empregados reajuste salarial de **6,00% [seis por cento]**, incidente sobre os salários de 31 de dezembro de 2009. Aos empregados admitidos após janeiro de 2009, o reajuste será concedido de forma proporcional ao tempo de serviço de cada, na empresa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Além do reajuste acima previsto, os salários terão o acréscimo de 3% [três por cento] a título de Adicional de Risco de Vida.

**PARAGRAFO SEGUNDO.** Em 01 de janeiro de 2011 os salários, cujo valor seja superior aos pisos estabelecidos na Cláusula Terceira, serão reajustados no percentual de 145,99% (cento e quarenta e cinco inteiros noventa e nove centésimos por cento) do INPC acumulado de jan-dez/2010, como também o Adicional de Risco de Vida será elevado de 3% [três por cento] para 6% [seis por cento] incidente sobre o valor dos salários devidamente corrigidos.

#### **CLÁUSULA QUINTA - PERDAS SALARIAIS**

Em decorrência do que foi pactuado e concedido na presente Convenção

Coletiva, sobretudo o piso salarial, deixa de existir qualquer resíduo salarial ou direito a sua recomposição com base em perdas pretéritas, qualquer que seja o suporte, decorrentes de planos econômicos ou regras salariais, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DOS SÁLARIOS**

**a]** O pagamento dos salários deverá ser feito sempre até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido;

**b]** Quando o quinto dia útil cair no sábado, o pagamento dos salários deverá ser feito em dinheiro;

**c]** Os empregados não responderão por quaisquer despesas bancárias com a transferência de remuneração.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE SALÁRIO**

Ficam as Empresas obrigadas ao fornecimento do comprovante de pagamento de salários mensais, com a especificação de todos os títulos e quantias pagas e descontadas, inclusive valores relativos ao FGTS do mês respectivo, Imposto de Renda Retido na Fonte e Contribuição Sindical.

#### **Salário produção ou tarefa**

#### **CLÁUSULA OITAVA - DIÁRIAS DE VIAGEM**

As empresas pagarão aos vigilantes que se deslocarem da Região Metropolitana, onde prestam serviço, para áreas do interior do Estado, e serviço da empregadora, uma diária no valor de 1/30 avos do salário básico do empregado, mais um vale refeição adicional, da cláusula décima sexta, por dia de viagem.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Não estão sujeitas à obrigação da presente cláusula as empresas que já remuneram, por qualquer meio ou qualquer valor, seus empregados nos deslocamentos destes para fora do local de trabalho, em viagens. Ou seja, as empresas que já mantêm sistema de reembolsos de despesas, em caso de viagens destes, seja com diárias, vales, ou outras formas de indenização, ficam desobrigadas do pagamento previsto na presente cláusula, salvo se o sistema da empresa for inferior ao ora estabelecido quando ocorrerá a substituição de um pelo outro.

#### **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

#### **CLÁUSULA NONA - DO CURSO DE FORMAÇÃO – DESPESAS**

As Empresas ficam obrigadas, quando da admissão para função de vigilante, à exigência do curso de formação, conforme a lei específica vigente. As despesas com o curso de reciclagem serão pagas pelas Empresas.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Quando da reciclagem de vigilantes, as empresas computarão os dias em que o profissional estiver realizando sua reciclagem desobrigando o mesmo do retorno ao trabalho durante a duração do curso.

### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **13º Salário**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO**

As empresas pagarão o 13º salário dos anos de 2010 e 2011, em uma única parcela, com base no salário de dezembro, até o dia 12 de dezembro de 2010 e 12 de dezembro de 2011, respectivamente, ou, então, cumprirão a lei vigente sobre a matéria.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Em caso de atraso no pagamento do décimo terceiro salário, fica estipulada a multa de 2% [dois por cento] do valor do salário-dia normal, a ser paga por dia de atraso, em favor do empregado credor, salvo se a mora ocorrer por culpa do empregado.

#### **Gratificação de Função**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PROMOÇÃO DE VIGILANTES**

As empresas assumem o compromisso de priorizar a ascensão funcional do vigilante para função de supervisor, desde que atenda às exigências internas de cada Empresa.

#### **Outros Adicionais**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RISCO DE VIDA**

Fica convencionada a incidência, em favor exclusivamente da categoria dos vigilantes, do adicional de risco de vida equivalente a 3% (três por cento) do piso salarial estabelecido nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Na hipótese de aprovação de lei que venha a estabelecer o adicional previsto nesta cláusula, ou outro que tenha a mesma natureza ou finalidade, do percentual estabelecido legalmente será abatido o

índice aqui aplicado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Em nenhuma hipótese acumulação entre o adicional percentual estabelecido nesta Convenção e outro que venha a ser fixado legalmente a título de risco de vida, ou qualquer outro adicional que tenha a mesma natureza ou finalidade, ou ainda com adicional de periculosidade estabelecido na CLT.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** Não haverá qualquer incidência ou desconto sobre o adicional de risco de vida.

### **Salário Família**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SALÁRIO FAMÍLIA**

As Empresas obrigam-se a fornecer recibo relativo às certidões de nascimento entregues pelos empregados para percepção do salário família.

### **Auxílio Morte/Funeral**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO AUXÍLIO FUNERAL**

As Empresas empregadoras obrigam-se a pagar aos dependentes econômicos comprovados do empregado que vier a falecer durante a vigência da presente Convenção, um auxílio funeral equivalente a 04 (quatro) vezes o último salário base ou nominal do falecido.

### **Seguro de Vida**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO DE VIDA**

As Empresas empregadoras ficam obrigadas a fazer seguro de vida, de acidentes pessoais, de morte ou doenças, para seus vigilantes, na seguinte forma:

- a]** 26 (vinte seis) vezes a remuneração mensal do vigilante, verificada dentro do mês anterior ao da morte por causas naturais;
- b]** 52 (cinquenta e duas) vezes a remuneração mensal do vigilante, verificada dentro do mês anterior ao da morte por acidente de trabalho no efetivo exercício da função;
- c]** 52 (cinquenta e duas) vezes a remuneração mensal do vigilante, verificada dentro do mês anterior, para cobertura de invalidez permanente, parcial ou total, por acidente;

**PARÁGRAFO ÚNICO.** No caso de inexistência de seguro e havendo acidente com o empregado, a Empresa obriga-se a indenizar o vigilante ou seus dependentes comprovados pelo valor igual ao que seria pago pela Companhia

Seguradora.

### **Outros Auxílios**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REFEIÇÃO**

As empresas fornecerão vale-refeição ou vale-alimentação, a serem entregues até o 5º dia útil de cada mês, no valor facial de **R\$ 6,35 [seis reais e trinta e cinco centavos]**, em quantidade igual aos dias em que o empregado efetivamente irá trabalhar naquele mês. As empresas que fornecem atualmente o vale-refeição ou vale-alimentação com o valor facial superior a **R\$ 6,35 [seis reais e trinta e cinco centavos]** promoverão a atualização destes no percentual de **9,482%** sobre o valor facial respectivo.

**PARAGRAFO PRIMEIRO.** O valor do benefício estabelecido no *caput* da presente Cláusula será reajustado em 01 de janeiro de 2011, no mesmo percentual que incidirá sobre os salários, ou seja, 145,99% (cento e quarenta e cinco inteiros noventa e nove centésimos por cento) do INPC acumulado de jan-dez/2010.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Os empregados autorizam o desconto previsto em lei, incidente sobre o valor total concedido, a partir da concessão do benefício na forma e para os fins do disposto no PAT [Programa de Alimentação do Trabalhador] – no parágrafo 1º do artigo 2º do Decreto nº 5, de 14.01.1991.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO CONVÊNIO COM FARMÁCIAS**

As Empresas se comprometem a procurar fazer convênios com farmácias objetivando a que seus empregados adquiram remédios para desconto mensal em folha de pagamento, desconto que será procedido pelo preço cobrado pela farmácia, de uma só vez.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS CONVÊNIOS**

Fica assegurado aos empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho usufruir dos benefícios estabelecidos no convênio que poderá vir a ser firmado entre o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará, o SESC e o SENAC.

### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

#### **Desligamento/Demissão**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA DEMISSÃO PRÓXIMA À APOSENTADORIA**

Ao empregado que for dispensado sem justa causa e que tenha na empresa

mais de 02 (dois) anos de serviço e a quem, concomitantemente, faltar, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses para se aposentar, a empresa reembolsará as 24 (vinte e quatro) contribuições devidas ao INSS, correspondentes ao período necessário para que se complete o tempo de aposentadoria, com base no último salário reajustado na forma da presente Convenção, reembolsando este sem natureza salarial.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CARTA DE REFERÊNCIA**

No ato da demissão sem justa causa as Empresas fornecerão a seus empregados carta de referência ao respectivo contrato de trabalho.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÕES**

A documentação de rescisão contratual será encaminhada pela Empresa mediante protocolo e preposto desta, ao Sindicato Profissional, não podendo este recusar o recebimento da referida documentação. Realizada a análise da documentação pelo Sindicato Profissional e este não concordando com os cálculos nela contidos, devolverá à Empresa, manifestando, por escrito, a razão da não homologação, a fim de que a Empresa empregadora tome as providências cabíveis e reapresente a documentação num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa, conforme legislação vigente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Fica pactuado ainda que por ocasião das homologações o Sindicato Profissional não poderá exigir outros documentos do empregado, senão aqueles prescritos pela legislação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Se o vigilante que trabalha fora da Região Metropolitana de Fortaleza for convocado para homologar sua rescisão em Fortaleza, as Empresas arcarão com as despesas do seu deslocamento e outras necessárias à permanência do ex-empregado, até a formalização da homologação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** As rescisões contratuais dos empregados das empresas de segurança privada que tenham mais de um ano de empresa serão homologadas obrigatoriamente no Sindicato Laboral.

**PARÁGRAFO QUARTO.** A homologação da rescisão dos contratos de trabalho será realizada de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 horas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA**

Quando o empregado for demitido por justa causa, deve o mesmo se certificar, por escrito, do motivo da dispensa. Se o empregado recusar assinar o documento de sua notificação do motivo demissório, 02 (duas testemunhas por ele assinarão para a formalização do documento.

## **Aviso Prévio**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO AVISO PRÉVIO**

Na comunicação de aviso prévio ao empregado deverá constar obrigatoriamente:

- a]** A forma como será cumprido (se trabalhado ou com dispensa do trabalho);
- b]** A redução da jornada de trabalho exigida por Lei, bem como o início e o término da jornada;
- c]** A data de pagamento das verbas rescisórias, que será a data em que o empregado dispensado deverá comparecer à Empresa ou ao Sindicato conforme seja o caso, para recebimento de referidas verbas.

**Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho dos vigilantes será a estabelecida pela Constituição Federal, isto é, 44 [quarenta e quatro] horas semanais, ou 190 [cento e noventa] horas mensais, por força da presente CCT, não sendo permitida a compensação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Fica instituída a jornada de trabalho em escala de 12h x 36h, ou seja, doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso para todos os empregados, jornada de trabalho esta que poderá ser utilizada pela empresa, dentro de suas conveniências e a necessidade do serviço.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Os empregados que cumprirem a jornada a que se refere o parágrafo anterior [12 x 36] não terão direito a pagamento de horas extraordinárias, em razão da compensação automática estabelecida, pela inexistência de trabalho nas 36 [trinta e seis] horas seguintes e não haverá distinção entre o trabalho realizado no período diurno e noturno, salvo quanto ao adicional noturno.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO**

O controle do horário de trabalho deverá ser feito através de cartão ou livro de ponto, folha de frequência ou ficha de horário externo, que deverá ser marcado ou assinado, diariamente, com indicação do horário de entrada e de saída do trabalho, sendo facultada a marcação do intervalo e da saída, desde que, de comum acordo com o empregado e tenha a sua aquiescência.

## **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

### **Normas Disciplinares**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DO TRABALHO DE PÉ**

O vigilante que trabalhar de pé por 04 (quatro) horas consecutivas, terá direito a um descanso de 15 (quinze) minutos sentado, sem, no entanto, afastar-se do posto de trabalho.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA FICHA DE HORÁRIO EXTERNO**

As empresas fornecerão aos seus vigilantes ficha mensal de horário externo com discriminação completa de duração do trabalho no mês, devendo cada vigilante, obrigatoriamente, conduzir a sua ficha quando em serviço para exibição à fiscalização do Ministério do Trabalho, ficando a segunda via dessa ficha, assinada pelo empregado, em poder da empregadora para comprovação junto ao Ministério do Trabalho, em caso de fiscalização.

### **Transferência setor/empresa**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA TRANSFERÊNCIA TEMPORÁRIA**

Por necessidade do serviço o vigilante poderá temporariamente ser removido de sua sede para qualquer outra localidade em que a Empresa executar suas atividades, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 469 e artigo 470, ambos da CLT.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Nos deslocamentos de vigilantes entre cidades do Interior do Estado para a efetiva prestação de serviços, inexistindo o sistema de vale-transporte, a Empresa arcará com as despesas desses deslocamentos

### **Ferramentas e Equipamentos de Trabalho**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO FARDAMENTO DE TRABALHO**

As empresas obrigam-se a fornecer gratuitamente a todos os empregados da categoria de vigilantes, sujeitos ao trabalho uniformizado, pelo menos 02 (duas) calças e 02 (duas) camisas anualmente e 01 (um) par de sapatos a cada 06 (seis) meses, acompanhados de meias; se a empresa fornecer botas ou coturnos, o prazo de substituição será de 12 (doze) meses.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** É de responsabilidade do vigilante o uso indevido do uniforme, que não em serviço ou no deslocamento para o trabalho.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A liquidação de contas, quando do processo de desligamento do empregado, só ocorrerá com a devolução do porte de arma, emblemas e demais pertences da Empresa que se encontrarem em seu poder bem como do uniforme de trabalho.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DOS DESCONTOS PROIBIDOS**

Em caso de assalto ou de qualquer ação criminosa, devidamente comprovada por intermédio da autoridade policial mediante documento escrito, as armas ou quaisquer outros instrumentos de trabalho, furtados ou roubados em tais eventos criminosos não terão seus valores descontados dos salários dos vigilantes. As Empresas não descontarão também a munição gasta em razão da atividade do vigilante.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CARTEIRA NACIONAL DE VIGILANTE**

Será fornecida gratuitamente ao empregado, por sua Empresa empregadora, a Carteira Nacional de Vigilante. Contudo, se o empregado vigilante tiver rescindido seu contrato de trabalho por qualquer motivo antes de completar seis [6] meses de serviço na empresa, ficará obrigado a reembolsar à empresa o valor de dita carteira através de pagamento direto ou mediante desconto em créditos do empregado.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO TRABALHO NOTURNO E/OU A CÉU ABERTO**

As Empresas fornecerão aos seus vigilantes, para prestação de serviço em horário noturno e/ou a céu aberto, além da arma devidamente municiada, se for o caso, lanterna, capa ou agasalho, quando necessário.

#### **Outras normas de pessoal**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS**

Anualmente, no mês de agosto, as Empresas fornecerão ao Sindicato Profissional relação nominal de todos seus empregados, durante a vigência da presente Convenção.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DAS HORAS EXTRAS DO**

## **ESTUDANTE**

O empregado estudante, matriculado em curso regular e previsto em lei, não poderá prestar serviço em horário extraordinário, se este coincidir com o seu horário de aulas, durante o período ou ano letivo.

### **Faltas**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DO COMPARECIMENTO À JUSTIÇA - ABONO DE FALTA**

Serão abonadas as ausências de empregados durante o comparecimento destes à Justiça, seja como testemunha ou reclamante, desde que apresente à empresa a notificação do ato judicial, até 48 (quarenta e oito) horas antes.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO ABONO DE FALTAS DO EMPREGADO**

Serão abonadas as faltas ou as horas não trabalhadas do empregado, em decorrência da necessidade de saída para assistência médica de emergência aos filhos ou dependentes menores de 12 (doze) anos, inclusive, inválidos ficando o empregado obrigado a entregar à empresa o atestado médico comprobatório para gozar do benefício.

### **Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DA AUSÊNCIA DO EMPREGADO ESTUDANTE**

Ao trabalhador estudante será assegurado o abono de sua ausência ao trabalho durante o horário de prestação de exames curriculares ou vestibulares, desde que avisada a Empresa com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e subordinada à comprovação posterior pelo empregado, no mesmo prazo e em ambos os casos por escrito.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DAS FÉRIAS DO EMPREGADO ESTUDANTE**

As Empresas concederão as férias de seus empregados comprovadamente estudantes, em períodos que coincidam com as férias escolares, desde que tal benefício seja solicitado pelo empregado, por escrito, num prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência.

## **Férias e Licenças**

### **Remuneração de Férias**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DO PAGAMENTO DAS FÉRIAS**

O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início do respectivo gozo do período pago. As férias serão calculadas em função do salário mensal do empregado, acrescido, em sendo o caso, da remuneração de horas extras e adicional noturno do período aquisitivo, pela respectiva média.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** O prazo para a concessão das férias não poderá ser superior a 06 (seis) meses, a contar do término do período aquisitivo, sob pena de, consoante a lei vigente, pagamento em dobro do período não concedido no prazo ora convencionado.

### **Outras disposições sobre férias e licenças**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DAS LICENÇAS**

Fica garantida a todos os empregados a ausência do serviço, sem prejuízo do salário, nas seguintes condições:

- a]** 05 (cinco) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente ou descendente;
- b]** 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- c]** 05 (cinco) dias consecutivos, em virtude de nascimento de filho.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Exames Médicos**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DOS ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS**

As Empresas se obrigam a aceitar atestados médicos fornecidos pela Previdência Social, caso não disponham de serviço médico próprio ou em convênio de assistência médica. No entanto, na impossibilidade de

atendimento pelo médico da empresa, sobretudo nas emergências, o atestado fornecido pela Previdência Social ou por médicos conveniados com o Sindicato Laboral - convênio devidamente comprovado perante a empresa - será aceito, desde que ratificado pelo médico da empresa e a este seja apresentado (o atestado) até um dia depois do seu fornecimento pela Previdência Social.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA**

O ônus financeiro decorrente da avaliação psicológica anual [exame psicotécnico] exigida pela legislação vigente ficará a cargo do empregador.

#### **Garantias a Portadores de Doença não Profissional**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DO EMPREGADO DOENTE**

É proibida a demissão de empregado doente, cuja situação seja comprovada por atestado médico do Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto perdurar a comprovada enfermidade.

#### **Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DA GARANTIA DE EMPREGO AO ACIDENTADO**

As Empresas cumprirão fielmente todas as determinações da Lei nº. 8.213, de 24/07/91, e do Decreto Federal nº. 357, de 07/12/91, quanto ao acidente de trabalho e a garantia de emprego dele decorrente, em favor dos empregados.

#### **Relações Sindicais**

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA MENSALIDADE DO SINDICATO PROFISSIONAL**

As Empresas descontarão dos seus empregados sindicalizados, as mensalidades previstas no artigo 545, da CLT, no percentual de 2% [dois por cento] do salário-base, e recolherão o valor respectivo à tesouraria do Sindicato Profissional, no prazo de até 5 [cinco] dias úteis, acompanhado da relação dos associados. O recolhimento à Tesouraria do Sindicato Profissional, isto é, a entrega dos valores descontados, ao Sindicato Profissional, somente poderá ser feito de três formas: [a] mediante depósito

bancário em conta da entidade dos trabalhadores; [b] mediante o pagamento, na sede de cada empresa, a representante do sindicato profissional devidamente autorizado; [c] através de cobrança bancária realizada por instituições financeiras autorizadas pelo Sindicato Laboral. O desconto, no entanto, dependerá de escrita autorização de cada empregado, dirigida à empregadora, que contenha o valor a ser descontado.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A Empresa que não repassar a mensalidade sindical ao Sindicato Laboral até o quinto dia útil, seja qual for a forma de pagamento [contra recibo ou depósito bancário], fica sujeita ao pagamento de multa de 3% [três por cento] sobre o montante a ser recolhido, acrescido de juros de 1,5% [um e meio por cento] ao mês em favor do Sindicato Laboral.

### **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AO SINDICATO SEM PREJUÍZO SALARIAL**

As Empresas se obrigam a liberar, para prestar serviços no Sindicato da Categoria Profissional, o empregado regularmente eleito para o cargo de Presidente e mais 03 [três] eleitos para a direção do Sindicato Laboral [efetivos ou suplentes], durante a vigência da presente Convenção, sem prejuízo de seus salários. Dentre os quatro [4] liberados, no mínimo 02 [dois] serão de empresas diferentes e os outros dois [2], por solicitação do Sindicato Profissional, poderão ser de uma mesma empresa, desde que esta possua mais de 400 [quatrocentos] trabalhadores.

### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DA REMESSA DE GUIAS**

As Empresas encaminharão à entidade sindical profissional cópias das guias de contribuição sindical e assistencial, até o décimo dia útil após o respectivo desconto. No caso do desconto assistencial, as empresas remeterão relação discriminativa.

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DO DESCONTO ASSISTENCIAL**

Consoante Assembléia Geral Extraordinária dos trabalhadores e com fim de fazer face às despesas efetuadas com a campanha salarial, as empresas descontarão **9% [nove por cento]** do salário de seus empregados beneficiados pela presente Convenção, em cada ano de projeção da presente Convenção Coletiva, observado o seguinte parcelamento:

#### **Ano de 2010:**

**[a]** 3% [três por cento] em abril de 2010;

- [b] 3% [três por cento] em julho de 2010;
- [c] 3% [três por cento] em novembro de 2010.

**Ano de 2011:**

- [a] 3% [três por cento] em fevereiro de 2011;
- [b] 3% [três por cento] em julho de 2011;
- [c] 3% [três por cento] em novembro de 2011.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O valor descontado será depositado em favor do Sindicato Profissional na conta corrente (operação 003) n.º 20.217-3, da Caixa Econômica Federal, agência José de Alencar (0920), dentro de até 05 (cinco) dias úteis da realização do desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Referido desconto, que se destina ao desenvolvimento patrimonial do Sindicato, é obrigatório, salvo quando houver oposição individual do empregado, manifestada no prazo de 30 (trinta) dias, por escrito e dirigida ao Sindicato Laboral, a contar da data de assinatura da presente Convenção. O Sindicato Profissional encaminhará o documento de oposição ao desconto às empresas, até o dia 10 de abril de 2010, a fim de que não se proceda ao desconto do salário do empregado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** No mês do desconto assistencial não será descontada a mensalidade associativa.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL**

As empresas de Segurança Privada do Estado do Ceará deverão recolher a Contribuição Confederativa Patronal, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e demais normas aplicáveis à matéria, cujo valor, determinado na 106ª AGE da **FENAVIST - FEDERAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES**, realizada em 25/09/09, será o seguinte, vinculado ao porte da empresa e quantidade de empregados existente na empresa em 31.03.2010, atestado pela ficha de atualização encaminhada ao DPF:

- [a] empresa com até 100 (cem) empregados: R\$1.000,00 (um mil reais);
- [b] empresa de 101 (cento e um) a 200 (duzentos) empregados: R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais);
- [c] empresa de 201 (duzentos e um) a 300 (trezentos) empregados R\$2.000,00 (dois mil reais);
- [d] empresa de 301 (trezentos e um) a 400 (quatrocentos) empregados R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- [e] empresa de 401 (quatrocentos e um) a 600 (seiscentos) empregados R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais);
- [f] empresa de 601 (seiscentos e um) a 1.000 (um mil) empregados R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);
- [g] empresa acima de 1.001 (um mil e um) empregados: R\$5.000,00 (cinco mil)

reais).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os Cursos de Formação de Vigilantes pagarão, cada um, quatro (4) parcelas de R\$ 200,00 (duzentos reais).

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** A empresa que desenvolver somente a atividade de transporte de valores pagará quatro (4) parcelas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** O valor de cada contribuição acima indicada poderá ser dividido em quatro parcelas iguais, para obrigatório pagamento nas seguintes datas: primeira parcela em 30.08.2010; segunda parcela, em 30.09.2010; terceira parcela, em 30.10.2010 e a quarta, em 30.11.2010.

**PARÁGRAFO QUARTO.** O não recolhimento da Contribuição Confederativa da presente cláusula, nos prazos fixados, implicará na incidência de multa de 2% [dois por cento] acrescido de 5% a cada mês subsequente, além de juros de mora de 1% ao mês.

**PARÁGRAFO QUINTO.** As disposições deste artigo e seus parágrafos também vigorarão pelos mesmos percentuais e valores, para o ano de 2011, salvo se outros forem fixados pela FENAVIST para o mesmo período.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DOS CERTIFICADOS DE REGULARIDADE SINDICAL**

As empresas que desejarem contratar com o setor público, retirar ou renovar cadastros em órgãos públicos ou privados, deverão apresentar, no ato do procedimento licitatório, o Certificado de Regularidade Sindical, emitido pelas instituições convenientes, SINDESP/CE e SINDVALORES, em conformidade com o estabelecido nos artigos 607 e 608 da CLT, de acordo e nos termos das Cláusulas que as prevêm.

#### **Outras disposições sobre representação e organização**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMISSÃO PARITÁRIA**

Para melhor relacionamento entre categorias pactuantes, cria-se uma Comissão Paritária, de fiscalização e trabalho entre as partes, composta de 06 (seis) membros, sendo 03 (três) indicados pelo Sindicato da categoria Profissional referida na cláusula segunda e 03 (três) indicados pelo Sindicato Patronal, comissão esta que atuará sempre através de indicação de seus membros pelos Sindicatos interessados.

## **Disposições Gerais**

### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO DE DOCUMENTOS PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

A documentação exigida pela Previdência Social será fornecida pelas Empresas quando solicitada pelo empregado ou dependente, nos seguintes prazos:

- a]** 05 (cinco) dias úteis quando para fins de auxílio-doença e, em caso de óbito, para fins de pensão por morte;
- b]** 15 (quinze) dias úteis para o caso de aposentadoria.

### **Aplicação do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA**

As Empresas prestarão assistência jurídica aos seus empregados sempre que no efetivo exercício de suas funções e em defesa do legítimo interesse da Empresa, incidirem na prática de atos que os levem a responder a qualquer ação civil ou criminal, assistência essa que será prestada até o final do respectivo processo judicial.

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - ENCARGOS SOCIAIS**

Com o objetivo de assegurar a exequibilidade dos contratos prestados pelas empresas assistidas por esta CCT e a conseqüente adimplência do cumprimento das obrigações decorrentes dos encargos sociais e trabalhistas, fica convencionado que deve ser praticado pelas empresas albergadas nesta convenção o percentual mínimo de encargos sociais e trabalhistas no valor de 82,53% (oitenta e dois vírgula cinquenta e três por cento), conforme Anexo I, parte integrante desta CCT.

### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - PROIBIÇÃO DE DEMISSÃO E DESCONTOS SALARIAIS**

Em relação ao período de 11 a 20 de fevereiro do corrente ano, durante o qual se projetou a greve da categoria obreira, não será efetuado desconto nos salários como também não haverá repercussão em quaisquer verbas remuneratórias, devendo tais dias serem concebidos como de efetivo exercício.

para fins trabalhistas.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Fica igualmente ajustado que as empresas não poderão adotar qualquer medida disciplinar nos parâmetros da lei no que concerne a conduta de seus empregados por atos praticados durante o movimento paredista realizado no período de 11 a 20 de fevereiro de 2010.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - FORO COMPETENTE**

As controvérsias, porventura, resultantes da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas pela Justiça do Trabalho do Ceará, se antes não forem solucionadas pelas partes convenientes.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Em caso de descumprimento de quaisquer das obrigações da presente CCT, a parte culpada pagará a multa de 15% [quinze por cento] sobre o valor do primeiro piso salarial, em favor do empregado prejudicado.

E por estarem assim justos e contratados, os Sindicatos convenientes assinaram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, tudo para que produza os efeitos legais e os desejados pelas partes.

Fortaleza (Ce), 26 de Fevereiro de 2010.

WELLINGTON NASCIMENTO DE OLIVEIRA

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTADORAS DE VALORES, CARRO FORTE, ESCOLTA ARMADA, SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA - (SPP) E TRABALHADORES TRANSPORTADORES DE VALORES EM CARRO LEVE – (ATM) – SINDVALORES - CEARÁ.

URUBATAN ESTEVAM ROMERO

Presidente

SINDESP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO CEARA

WELLINGTON NASCIMENTO DE OLIVEIRA

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM TRANSP DE VALORES, CARRO FORTE, ESCOLTA ARMADA, SEG PESSOAL PRIV E TRAB TRANSP DE VALORES EM CARRO LEVE DE FORTALEZA

URUBATAN ESTEVAM ROMERO

Presidente

SINDESP-SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANCA PRIVADA DO ESTADO DO CEARA

**ANEXOS**  
**ANEXO I - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS**

ANEXO – CCT 2010

SINDESP/CE - ENCARGOS SOCIAIS

## ANEXO II - TABELA PISO SALARIAL

TABELA SALARIAL 2010 - Índice 6,00% para os pisos, 3% de risco de vida e 9,482% para o vale refeição

CORPVS, BRINK'S

NSV - NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES

| VIGILANTE FIEL/MOTORISTA |              | VIGILANTE FIEL/MOTORISTA |     |
|--------------------------|--------------|--------------------------|-----|
| SALARIO                  | R\$ 904,08   | SALARIO                  | R\$ |
| RISCO DE VIDA            | R\$ 27,12    | RISCO DE VIDA            | R\$ |
| FÉRIAS MAIS 1/3          | R\$ 1.205,44 | FÉRIAS MAIS 1/3          | R\$ |
| HORA EXTRA 50%           | R\$ 6,16     | HORA EXTRA 50%           | R\$ |
| HORA EXTRA 100%          | R\$ 8,22     | HORA EXTRA 100%          | R\$ |
| ADICIONAL NOTURNO HORA   | R\$ 0,82     | ADICIONAL NOTURNO HORA   | R\$ |
| ADICIONAL NOTURNO NOITE  | R\$ 6,57     | ADICIONAL NOTURNO NOITE  | R\$ |
| VALE REFEIÇÃO            | R\$ 6,35     | VALE REFEIÇÃO            | R\$ |
| MENSALIDADE SINDICAL     | R\$ 18,08    | MENSALIDADE SINDICAL     | R\$ |

| VIGILANTE COMBATENTE    |              | VIGILANTE COMBATENTE / NSV |     |
|-------------------------|--------------|----------------------------|-----|
| SALARIO                 | R\$ 858,52   | SALARIO                    | R\$ |
| RISCO DE VIDA           | R\$ 25,75    | RISCO DE VIDA              | R\$ |
| FÉRIAS MAIS 1/3         | R\$ 1.144,69 | FÉRIAS MAIS 1/3            | R\$ |
| HORA EXTRA 50%          | R\$ 5,85     | HORA EXTRA 50%             | R\$ |
| HORA EXTRA 100%         | R\$ 7,80     | HORA EXTRA 100%            | R\$ |
| ADICIONAL NOTURNO HORA  | R\$ 0,78     | ADICIONAL NOTURNO HORA     | R\$ |
| ADICIONAL NOTURNO NOITE | R\$ 6,24     | ADICIONAL NOTURNO NOITE    | R\$ |
| VALE REFEIÇÃO           | R\$ 6,35     | VALE REFEIÇÃO              | R\$ |
| MENSALIDADE SINDICAL    | R\$ 17,17    | MENSALIDADE SINDICAL       | R\$ |

| SEGURANÇA PESSOAL SPP   |              | VIGILANTE ESCOLTA ARMADA |     |
|-------------------------|--------------|--------------------------|-----|
| SALARIO                 | R\$ 1.068,47 | SALARIO                  | R\$ |
| RISCO DE VIDA           | R\$ 32,05    | RISCO DE VIDA            | R\$ |
| FÉRIAS MAIS 1/3         | R\$ 1.424,63 | FÉRIAS MAIS 1/3          | R\$ |
| HORA EXTRA 50%          | R\$ 7,28     | HORA EXTRA 50%           | R\$ |
| HORA EXTRA 100%         | R\$ 9,71     | HORA EXTRA 100%          | R\$ |
| ADICIONAL NOTURNO HORA  | R\$ 0,97     | ADICIONAL NOTURNO HORA   | R\$ |
| ADICIONAL NOTURNO NOITE | R\$ 7,77     | ADICIONAL NOTURNO NOITE  | R\$ |
| VALE REFEIÇÃO           | R\$ 6,35     | VALE REFEIÇÃO            | R\$ |
| MENSALIDADE SINDICAL    | R\$ 21,37    | MENSALIDADE SINDICAL     | R\$ |

OBS: O Valor das Férias esta calculado sem as médias de horas extras e adiconais noturno

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .